



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 77ª
(SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

EM 17 DE SETEMBRO DE 2008.

Publicação contida no DCL nº 182 de 09.10.08.
Servidor denot Matrícula: 1178737



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 09 2008	15h45min	77ª Sessão Ordinária	1

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wilson Lima a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 178, de 03/10/2008, juntamente com a ata sucinta da 77ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em nome da Mesa Diretora, cumprimento os moradores do Guará e os participantes das associações que lutam por moradia. Sintam-se à vontade na galeria. Daqui a alguns instantes, iremos discutir as questões relacionadas a esse setor. Sejam todos bem-vindos à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X		
BENÍCIO TAVARES - PMDB	X		
BERINALDO PONTES - PP		X	
BISPO RENATO - PR		X	
BRUNELLI - DEM		X	
CABO PATRÍCIO - PT		X	
CHICO LEITE - PT	X		
CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X		
DOUTOR CHARLES - PTB		X	
ÉRIKA KOKAY - PT		X	
EURIDES BRITO - PMDB		X	
GERALDO NAVES - DEM	X		
JAQUELINE RORIZ - PSDB		X	
LEONARDO PRUDENTE - DEM	X		
MILTON BARBOSA - PSDB	X		
PAULO TADEU - PT	X		
PEDRO DO OVO - PMN		X	
RAAD MASSOUH - DEM		X	
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X	
REGUFFE - PDT	X		
ROBERTO LUCENA - PMDB	X		
ROGÉRIO ULYSSES - PSB		X	
WILSON LIMA - PR	X		
ALÍRIO NETO - PPS		X	
TOTAL	11	13	



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 09 2008	15h45min	77ª Sessão Ordinária	2

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Estão presentes 11 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental para o Pequeno Expediente.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (Bloco Democratas-Progressistas. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr. Secretário, amigos da imprensa, Sras. e Srs. Deputados, boa-tarde. Amigos da galeria, permitam-me cumprimentá-los como futuros moradores do Guará.

Sr. Presidente, ontem estive presente em uma solenidade com o Governador Arruda e o seu secretariado, na qual contamos também com a presença de vários Parlamentares. Entre eles estavam presentes o Deputado Laerte Bessa, o Deputado José Edmar e a Deputada Eliana Pedrosa. Havia ainda cerca de mil moradores da Estrutural. Durante o evento, o Governador Arruda lançou a Vila Olímpica na cidade da Estrutural. Aliás, o Governador fez mais: de público, S.Exa. fez um resgate de cidadania, garantindo casa própria para aquelas famílias da Estrutural. Por que estou começando o meu momento de fala citando aquele momento que achel belíssimo? Simplesmente, porque vi mães de família com os olhos lacrimejando. Estou me referindo ao ato da Estrutural exatamente para falar do pleito legítimo dessas pessoas que estão na galeria, que é a luta das cooperativas e associações habitacionais do Guará. Essa não é a luta apenas de um Deputado. É a luta de todos os Deputados desta Casa, Deputado Leonardo Prudente, nobre Líder do Governo nesta Casa.

Sr. Presidente, sempre que tenho a oportunidade de falar de habitação, cito o problema das moradias. Inclusive, tenho sido enfático no que diz respeito às cooperativas e às associações habitacionais em toda a política habitacional do Distrito Federal. Graças às cooperativas e às associações habitacionais sérias e verdadeiras, conseguimos aniquilar a chaga da invasão no Distrito Federal, pois há uma parceria público-privada, em que Governo e cidadão comum se unem em cooperativa. É um acordo simples, direto, objetivo e verdadeiro. O programa Associações Solidárias para Habitação é maravilhoso. As pessoas cotizam-se, constroem suas moradias, e o Governo entra com a área.

Hoje, faço essa defesa, que, tenho certeza, é de cada Parlamentar desta Casa. As cooperativas e associações habitacionais querem participar do processo no Guará de forma legítima, ordeira e participativa. Queremos que a lei seja cumprida.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 09 2008	15h45min	77ª Sessão Ordinária	3

Tenho conversado muito com o Governador sobre esta questão. Conseguiremos sensibilizar o Poder Executivo.

A Lei nº 3.877, de 2006, preceitua no seu art. 5º, § 1º, que “a Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP tornará disponíveis para o Distrito Federal as unidades parceladas ou as glebas destinadas a habitações de interesse social”.

Portanto, as áreas da QE 48 à QE 58 são de interesse social, sim. O § 1º desta lei diz que, de cada área destinada à habitação de interesse social, serão reservados 40% para atendimento do cadastro geral de inscritos, 40% para atendimento de cooperativas ou associações habitacionais e 20% para os demais programas habitacionais.

Este é um pleito legítimo, e esta Casa não terá dificuldades em abraçá-lo. Nós Parlamentares recebemos uma comissão e pactuamos, entre todos os Deputados que estavam participando, que no dia 25 de setembro transformaremos a sessão em comissão geral para discutir essa causa.

O requerimento “requer a realização de comissão geral sobre as Quadras 48 a 58 do Guará II, como solução de moradia para as cooperativas e associações habitacionais do Distrito Federal, a realizar-se no dia 25 de setembro, às 15h, no plenário desta Casa”.

Na justificativa, o requerimento diz que “novas políticas e diretrizes para área habitacional do Distrito Federal vêm sendo traduzidas em ações concretas. A expansão do Guará II é uma das decisões mais acertadas adotadas pelo Exmo. Sr. Governador. Trata-se de área com capacidade para adensamento, com investimentos públicos já realizados, podendo destinar-se a área para habitação. Pleiteiam as cooperativas e associações que essas áreas, especialmente as compreendidas pelas Quadras 48 a 58 do Guará II, sejam destinadas ao atendimento de demanda já existente aos associados de cooperativas e associações habitacionais legalmente constituídas”.

Deputado Chico Leite, nobre Líder Leonardo Prudente, Deputado Milton Barbosa — que teve a oportunidade, na semana passada, de apresentar uma indicação referente a esse pleito, a quem parabeno por estar abraçando esta luta conosco —, estamos envolvidos nessa conquista e lutaremos com vocês, porque esta é a Casa do povo, e “cooperativa” está na célula do meu nome, Batista das Cooperativas.

Parabéns! Sejam muito bem-vindos a esta Casa!

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; colegas Parlamentares; assessores; senhoras e senhores da galeria; em nome do Líder Deputado Cabo Patrício, que se encontra ausente desta sessão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 09 2008	15h45min	77ª Sessão Ordinária	4

exatamente porque foi ao Governador levar o plano de reivindicações da Polícia Militar, quero tratar de dois assuntos.

O primeiro deles, fundamental, diz respeito ao debate em torno da habitação no Distrito Federal. No debate do PDOT – os colegas que estavam presentes me ouviram –, eu disse que apresentaria, no momento oportuno, dez propostas para o PDOT, como modesta contribuição do nosso mandato, da nossa Bancada.

Houve duas audiências – a Deputada Eurides Brito, o Deputado Batista das Cooperativas e o Deputado Reguffe estavam aqui presentes. Em uma delas, falei ao Secretário Taniguchi que o PT não aceita que uma espécie de Muro de Berlim seja criado, que existam áreas reservadas para ricos e áreas relegadas para pessoas modestas. O PT não aceita isso. O PT deseja, como determina a lei, como determina o Estatuto das Cidades, como determina a Carta Maior, que existam áreas de interesse social em todos os setores. A lei diz isso. E essa reserva já foi feita por ocasião do Plano Diretor. Por que, então, Deputado Milton Barbosa, a tentativa de modificação? Indago isso a V.Exa., que foi, por toda a vida, morador do Guará e gestor na cidade. O PT quer que seja realizada a comissão geral para debater com profundidade o tema pluripartidariamente, porque essas verdades precisam ser construídas coletivamente, e que seja cumprido, efetivamente, aquilo que está na lei. Que se respeite a lei e que se respeite, especialmente, Sr. Presidente, Deputado Paulo Tadeu, o que diz o Princípio Geral Constitucional, que em todas as áreas deve ser aberto segmento ao interesse social, à habitação dos que precisam, fundado nos princípios constitucionais do Princípio da Isonomia e da Igualdade. É isso. O PT fala de princípio, seja qual for o tempo, seja qual for o governo, seja qual for a área. Estaremos aqui não apenas para lutar pelo princípio, mas também para examinar os critérios e se todas as decisões estão realmente submetidas ao caráter legal. Não admitimos mais, Sr. Presidente, Deputado Paulo Tadeu, que a terra no Distrito Federal seja usada como instrumento eleitoreiro, que a terra seja utilizada como instrumento de exclusão social, que a terra seja utilizada como instrumento de interesse particular para construção de arranha-céus a fim de enriquecer os empreiteiros. O PT não aceita isso, Sr. Presidente!

O segundo tema que me traz aqui, Sr. Presidente, é que ocupei esta tribuna há alguns dias para fazer uma denúncia, acolhida pelo Secretário-Chefe da Agência de Fiscalização, Rôney Nemer, e pelo Chefe do Ministério Público do Distrito Federal, Procurador Leonardo Bandarra, sobre um comércio dentro da economia invisível e criminosa do gás; lamentavelmente, estimulada por uma multinacional. Fizemos a denúncia e pedimos providências. Diversas já foram as ações de fiscalização a partir da nossa denúncia, em proteção ao consumidor que precisa ter segurança; em proteção ao trabalhador e trabalhadora que precisam estar na economia visível, com direitos trabalhistas; em proteção ao próprio mercado e à concorrência.

Nobre Presidente, Deputado Paulo Tadeu, parece que de uns tempos para cá, aqui no Distrito Federal, criou-se um verdadeiro paraíso da pirataria, da cultura



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 09 2008	15h45min	77ª Sessão Ordinária	5

ao gás! Vejam a que ponto chegamos na Capital da República! E esse dinheiro, Sr. Presidente, Deputado Paulo Tadeu, vai para o bolso dos ricos! Recebi hoje em meu gabinete uma denúncia do presidente daquele sindicato, que recebeu uma carta de ameaça de morte em razão das primeiras providências. Orientei-o a procurar a 18ª DP, em Brazlândia. E procurarei, ainda hoje, o diretor da Polícia Civil, Dr. Cléber Monteiro Fernandes, para falar do assunto. Faço esse registro nesta Casa para que não fiquemos omissos, inertes, diante de fato tão grave! Então, é o crime organizado ameaçando um movimento social!

Eu venho do Ministério Público, e V.Exa. sabe, só tenho medo – como se diz no Ceará – de ter medo! Nunca tive medo de ninguém! Nunca tive medo de baionetas a decretos. Nunca! E afirmo a V.Exa., como é próprio dos que fazem política afundados num ideal e num sonho, que vou até o fim com essas providências, inclusive para botar na cadeia aqueles que sustentam o crime organizado no Distrito Federal.

Obrigado.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero passar ao Deputado Batista das Cooperativas, que é o Vice-Líder desta Casa, o encaminhamento dos vetos, porque vou precisar me ausentar por trinta ou quarenta minutos, em função do sepultamento do pai de um amigo, no Campo da Esperança, mas rapidamente estarei de volta.

Portanto, peço o apoio dos Deputados para avançarmos na pauta, especialmente com relação aos vetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (Bloco Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, profissionais da imprensa, assessores, vou me reportar ao assunto das cooperativas, que é de interesse das pessoas que estão na galeria. Fomos procurados na semana passada por um grupo de representantes de cooperativas liderado pelo Zé Neto. O assunto tratado foi referente a duas áreas no Guará, uma área destinada às cooperativas. E aí vou dizer que, por esquecimento do Governo, não vou atribuir má-fé, houve falta de informações do Sr. Governador, quando disse que as áreas seriam licitadas.

Eu queria apenas externar, novamente, ao grupo que está ali que conte com o nosso apoio. Agora, com o apoio mais denso, porque esta Casa é coletiva. Ninguém anda só. São vinte e quatro Deputados, são vinte e quatro votos. Uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 09 2008	15h45min	77ª Sessão Ordinária	6

audiência pública será realizada. Em seguida, iremos recorrer ao Sr. Governador, que é o primeiro mandatário do Distrito Federal.

Saiam daqui com a convicção de que o pleito de vocês será conduzido de acordo com o que imaginamos. Tudo estará dentro da lei. Vocês não estão pedindo nada mais do que a lei determinou.

Sr. Presidente, eu também gostaria de falar sobre dois assuntos. Ontem fui procurado por uma senhora idosa, que me disse que o Estatuto do Idoso prevê a destinação de 3% dos programas habitacionais ao idoso. Como não temos essa informação, requeremos esclarecimento do Secretário de Habitação para saber se, de fato, esse percentual está sendo destinado ao idoso. Se o Secretário responder positivamente, gostaríamos de saber quantos idosos já foram beneficiados pelos programas habitacionais do Governo. Não sei se esse percentual vem sendo observado. Quantos idosos já foram beneficiados por esses programas?

Srs. Deputados, às vezes, algumas pessoas não entendem por que abordamos determinados assuntos com certa veemência. Em data não remota, abordei o assunto sobre a mudança de nome dos restaurantes comunitários, que passaram a se chamar Prato Cheio. Foi um embate ferrenho e acalorado, mas tive uma surpresa agradável – parabeno o Governador Arruda pela sensibilidade ao nosso ponto de vista. Não é apagando as obras dos outros que se consegue um arco de alianças políticas de que Brasília precisa –: fui ao Recanto das Emas e percebi que o restaurante comunitário de lá voltou a se chamar Restaurante Comunitário. Não se chama mais Prato Cheio. O Governador determinou que o nome antigo voltasse, com uma pintura belíssima.

Parabeno o Governador também por uma medida adotada em boa hora a respeito da cidade no antigo Peleção chamada Interbairros. Ora, se hoje não conseguimos andar por ali, imaginem com a construção de prédios de trinta a quarenta andares! O Governador interveio e suspendeu a concessão de alvará de construção. Dou parabéns a S.Exa. por isso também, pois evitará o caos no trânsito da região. Precisamos ter preocupação com o programa habitacional, mas com regras e moderação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, pessoal da galeria, eu gostaria de falar sobre um assunto que me revoltou muito, o desenlace desse assunto.

Assisti hoje ao *DFTV*, à entrevista com o Secretário da Fazenda – peço, inclusive, a atenção do Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, que lutou muito também para que este assunto fosse aprovado nesta Casa –, sobre a questão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 09 2008	15h45min	77ª Sessão Ordinária	7

das notas fiscais. Sempre me revoltou muito ver o governo rico e a população pobre; o governo sempre com sobra de caixa, com arrecadação monstruosa, e a população suando para pagar os seus impostos, suando para pagar IPTU, IPVA... Em São Paulo – a idéia original não é minha –, surgiu a idéia de dar um abatimento ao contribuinte que exigir as notas fiscais no momento da compra de mercadorias; de que uma parte do valor recolhido pelo Governo, com essa nota fiscal, fosse abatida dos impostos que esse contribuinte paga.

Apresentei um projeto nesta Casa que dá desconto ao contribuinte que exigir a nota fiscal na hora da compra de uma mercadoria. Trinta por cento do valor recolhido de imposto na nota seria revertido para o contribuinte, em crédito, na hora em que ele fosse pagar IPTU e IPVA, no ano subsequente. Seria um desconto de até 99% no IPTU e no IPVA, que poderia fazer com que o contribuinte cumprisse sua função de cidadão – aliás, é obrigação de todo cidadão exigir a nota fiscal. Ou seja, praticamente não pagaria os referidos impostos. Hoje, as pessoas compram uma mercadoria e não exigem a nota fiscal. O empresário, quando não emite a nota fiscal, está sonogando, está roubando a população. O termo é esse, o verbo é esse.

Vejo a falta de medicamentos nas emergências dos hospitais públicos do Distrito Federal, e as pessoas dizem: "o que eu tenho a ver com isso?" Claro! Não é ela que precisa daquele medicamento naquele momento. Se tocasse na carne dela, ela sentiria. A minha responsabilidade como Parlamentar é tentar fazer o exercício de sentir a dor do outro e tentar, sem concessões, defender o contribuinte do Distrito Federal.

Depois de muita luta, conseguimos aprovar o projeto, mas o Governo o modificou. Ele passa a valer apenas para alguns setores. Passa a ser facultativa a adesão a esse projeto. Quem vai querer aderir ao projeto? Ninguém. Parece até que se institucionalizou a sonogação. Ninguém emite nota fiscal e tudo fica por isso mesmo. O contribuinte e a população têm um pouco de culpa também. Sei que não é agradável e popular dizer isso, mas a população tem muita culpa porque também é omissa, porque não espera, por dois, três minutos, a emissão da nota fiscal e fica conivente com o ato de sonogação fiscal, com o ato que lesa o contribuinte. Ela, agindo assim, assalta a si mesma. As pessoas deveriam jogar a própria televisão no chão, quebrá-la, porque estão destruindo o próprio patrimônio. O que o Governo faz? Quem quiser aderir, adere. Não é por aí. Isso deveria ser obrigatório para qualquer nota fiscal; não se deveria exigir o CPF da pessoa. Simplesmente, deveríamos pegar a nota fiscal e, na hora em que fôssemos pagar o imposto, ela deveria valer dinheiro. Se o empresário não tivesse recolhido o imposto, a pessoa não receberia o crédito. Em compensação, o Governo lida atrás desse empresário, porque estaria lá a nota fiscal, a prova de que ele sonogou, a prova cabal.

Esse projeto, tenho orgulho de tê-lo apresentado aqui. Quero ir com o Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, ao Governador, até porque o Deputado Leonardo Prudente apoiou esse projeto desde o início – havia um projeto de sua



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 09 2008	15h45min	77ª Sessão Ordinária	8

autoria referente a notas fiscais. Penso que, para o bem da sociedade, esse era um bom projeto porque Incentivava as pessoas a exercerem a cidadania. Cidadania não é só votar, cidadania é também exigir a nota fiscal. Quando o consumidor não exige a nota fiscal, ele só favorece o empresário que sonega. Inclusive, ele colabora para que os serviços públicos tenham uma qualidade deficiente. Penso que o Governo deveria reavaliar isso, primeiramente, parando com essa coisa de três meses.

Em São Paulo, inclusive, aumentou-se a arrecadação. As pessoas passaram a exigir a nota fiscal e a arrecadação do Governo aumentou, até porque o que reverte para o contribuinte é apenas uma parcela do valor recolhido daquela nota. Se a nota não for emitida, o Governo ganha zero e o contribuinte zero. Só quem ganha é o empresário que sonega. Se a nota for emitida, o Governo ganha a sua parcela, e o contribuinte ganha a sua também, com um desconto no imposto no ano subsequente. Ou seja, ganha o Governo e ganha o contribuinte, que paga uma carga tributária abusiva, na minha opinião. O que se paga de impostos hoje é um absurdo. Com toda franqueza, parece que o contribuinte existe hoje para servir ao Estado e não o Estado para servir ao contribuinte. Já votei nesta Casa contra os aumentos do IPTU e do IPVA no ano passado.

O Governo, burocrático do jeito que é, conseguiu complicar um ótimo projeto. Ele não aceitou o projeto original aprovado nesta Casa e enviou outro projeto para cá com adesão facultativa. Aí o empresário adere se quiser. E é claro que ele não vai querer aderir, pois vai querer continuar sonegando. Na prática, a resposta dos empresários, não de todos, infelizmente, foi essa. Existem empresários que geram emprego, cumprem sua função social e não sonegam. Agora, há alguns espertalhões que se aproveitam de uma população que às vezes é ativa, mas às vezes é omissa, e não cumpre o seu dever de exigir a nota fiscal ao comprar uma mercadoria.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Muito obrigado, Deputado Reguffe.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (Bloco Parlamentar Independente. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou ceder a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Sendo assim, esta Presidência concede a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Independente.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (Bloco Parlamentar Independente. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa-tarde a todos. Eu faço uso da palavra, neste momento, para parabenizar o Governador do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 09 2008	15h45min	77ª Sessão Ordinária	9

Distrito Federal por ter convocado, ontem, dez procuradores para compor os quadros da Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Como também sou advogado do Estado, sei da importância que o Estado tem e sei da necessidade dessas pessoas para se fazer a defesa da legalidade dos seus atos.

Ao mesmo tempo em que queremos cumprimentar o Governador do Distrito Federal por chamar esses dez novos procuradores, que consideramos fundamentais defensores do Estado, queremos também lembrar o compromisso de se chamar também os 42 concursados para compor o quadro de defensores públicos do Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, V.Exa. sabe como é importante a nomeação desses 42 Defensores. V.Exa., enquanto Secretário, lutou por isso. Hoje recebi notícias de que o Governador, em razão de disposições orçamentárias, só estaria disposto a chamar os 42 concursados em janeiro do ano que vem.

Ouvi também de outras partes que estão litigando como nós em favor das nomeações – porque não é em favor dos concursados, nem em favor da Defensoria como instituição; é fundamentalmente em favor daquele que tem o direito, mas não tem o direito a realizar o direito, visto que não tem quem postule por si e não pode pagar um advogado, não tem um defensor público, e a Constituição diz que o Estado deve oferecer esse direito – que o Governador poderia, ainda, nomear pelo menos dez este ano.

Estive com o Presidente Nívio, do Tribunal, estive com o Procurador Geral Leonardo Bandarra, e o que se percebe é uma enorme necessidade, principalmente com a instalação das novas varas. Eu sempre disse no Ministério Público que não pode haver uma ação legítima de quem quer promover a justiça, se não houver também uma defesa legítima e competente. E para isso é preciso o defensor público.

Eu gostaria que o Governador, caso ouça o nosso debate, se sensibilizasse e nomeasse os defensores. A essa altura, nós já precisamos da criação de mais vagas. Mesmo com a nomeação dos 42 concursados até janeiro, nós vamos ter muitas varas sem defensor público para defender o interesse daquele que não pode pagar um advogado.

Muito obrigado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Agradeço o aparte do Deputado Chico Leite, que sempre empresta brilho ao tema.

Mas, voltando ao tema, fui Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania durante um ano e oito meses, quando tive a oportunidade de trabalhar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 09 2008	15h45min	77ª Sessão Ordinária	10

muito perto da Defensoria Pública do Distrito Federal. Sei do trabalho enorme que é desenvolvido lá e sei também que o número de duzentos defensores já era necessário quando foi feito o cálculo, há quase dez anos.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Raimundo Ribeiro, eu gostaria de fazer das palavras de V.Exa. as minhas palavras. Como Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar desta Casa, já pelo sexto ano, tenho uma noção real do direito fundamental do ser humano que a Defensoria Pública exerce, para além do atendimento individual, para aqueles que não têm a possibilidade de comprar esse serviço: o atendimento individual que, muitas vezes, a Defensoria exerce que tem um alcance coletivo. Os defensores trabalham em parceria real conosco, porque há um defensor aqui na Casa ligado à Comissão de Direitos Humanos. Trabalham na busca de uma medicação para uma pessoa, o que significa o atendimento de um direito coletivo. Por isso, precisamos de mais defensores, sem nenhuma dúvida, para que tenhamos uma sociedade na qual se possa afirmar que há igualdade de oportunidades e que há realmente um Estado Democrático de Direito.

Mas, para além disso, precisamos que a Defensoria Pública tenha o *status* de Secretaria, porque tem transversalidade para lidar simetricamente com o conjunto das outras políticas. E precisaríamos de dotação orçamentária própria, porque o que vejo, Deputado Raimundo Ribeiro, é que várias vezes os móveis que estão nas salas das defensorias são doados. É como se fosse um lugar pobre para um povo pobre, para que o pobre não esqueça que é pobre e para que permaneça pobre. Portanto, a Defensoria precisa de mais defensores – hoje houve o ato na OAB neste sentido –, precisa de dotação orçamentária e precisa ter *status* de Secretaria. Aí, eu diria que, com essas iniciativas, a pessoa humana começaria a ser respeitada nesta cidade e passaríamos a ter um vislumbre de uma real democracia construtora desta condição humana.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Agradeço o aparte da Deputada Erika Kokay.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

Sr. Presidente, Deputado Paulo Tadeu, solicito a parcimônia de V.Exa., com a sensibilidade que lhe é própria, porque esse tema é muito importante e porque estamos numa luta intensa, esperando que o Governador se sensibilize.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Chico Leite, V.Exa. já pediu um aparte nesta intervenção do nobre Líder. Daqui a pouco, ele ficará sem condições de falar. Mas eu compreendo V.Exa. O tema é muito importante. Tanto V.Exa., como a Deputada Erika Kokay e o próprio Deputado Raimundo Ribeiro estão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 09 2008	15h45min	77ª Sessão Ordinária	11

trazendo para esta Casa um tema que precisa ser aprofundado. Democraticamente, hoje, concederemos, com a permissão do Deputado Raimundo Ribeiro, mais um aparte a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Deputado Paulo Tadeu, pela sensibilidade já esperada de V.Exa.

Deputado Raimundo Ribeiro, há muitos anos, a tentativa é a de se criar um plano de carreira. Faço um apelo, inclusive, à Deputada Eurides Brito, que tantos planos de carreira já debateu, para que construa um plano de carreira para a Defensoria Pública, de maneira que ela seja organizada da forma como é o Ministério Público, como é a magistratura. Que tenha organizada com concurso público sua área meio, com aproveitamento dos que lá estão e que se transforme numa entidade autárquica para não estar efetivamente subordinada – esse seria o nome correto porque a vinculação ela tem à administração superior – a uma secretaria. Ela seria chamada de ente autárquico. Em 1996, fiz essa proposta, cheguei a prepará-la, mas não conseguimos, àquela ocasião, lograr êxito. Agora, quem sabe, consigamos com o prestígio que V.Exa. possui nessa área.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Agradeço o aparte do Deputado Chico Leite.

Desde que assumi a Secretaria de Justiça, a Defensoria Pública é subordinada a ela. Desde então, defendi a autonomia da Defensoria Pública. Entendo que ela deveria, realmente, ter essa condição, até porque, de todas as advocacias, ela é a mais nobre por ser direcionada para quem necessita de advogado.

Quero aqui lembrar um compromisso de campanha. Quero lembrar, também, a importância da defesa do cidadão. Não existe, ao que me parece, neste contexto em que se faz um governo para o cidadão do Distrito Federal, nada mais adequado do que completarmos o quadro, que já está defasado, chamando ainda neste ano pelo menos os 42 defensores públicos já concursados.

Para finalizar, deixo para reflexão dos nossos colegas um assunto – a fim de que, numa outra oportunidade, com mais tempo, possamos trazer à discussão uma situação que está sendo debatida por alguns setores do Governo do Distrito Federal – relativo à questão da cobrança do estacionamento no Setor Comercial Sul. É uma experiência que já foi fracassada no passado e que estão tentando ressuscitar. Acho que esta Casa não pode deixar de dar sua contribuição para o debate e até mesmo para que não permitamos que se cometa o erro que foi cometido no passado.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Agradeço ao Deputado Raimundo Ribeiro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 09 2008	15h45min	77ª Sessão Ordinária	12

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, assim que terminarmos o Comunicados de Parlamentares, eu gostaria de encaminhar a questão dos vetos, pois já houve um acordo sobre isso na "sala do cafezinho". O nobre Líder do Governo teve que se retirar, como S.Exa. disse, por alguns momentos e me passou a liderança.

Quero dar uma informação aos amigos da galeria. Já deixamos encaminhado para que transformemos a sessão ordinária do dia 25, às 15h, em comissão geral, com o risco de essa comissão geral ser para comemorarmos. O Governador Arruda acabou de me ligar e me pediu que nós tirássemos uma comissão de representantes deles e que fôssemos, em comissão, com os Parlamentares que quiserem participar, Deputado Milton Barbosa, Deputada Eurides Brito, Deputado Wilson Lima, Deputado Geraldo Naves, Deputado Raad Massouh, Deputada Erika Kokay, Deputado Chico Leite, Deputado Raimundo Ribeiro, enfim, cada Parlamentar desta Casa. O Governador está sensível à questão do Guará e quer resolvê-la.

Portanto, eu não poderia me furtar de trazer essa informação a todos vocês. Parabéns!

Logo no início da semana, o Governador nos receberá para acabarmos de vez com a máxima de que "para rico tudo pode e para pobre, para humilde, nada pode". Tudo pode.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Batista das Cooperativas, dadas as informações de V.Exa., as pessoas da galeria já se manifestaram felizes. Espero que, de fato, isso possa ser um encaminhamento concreto por parte do Governo do Distrito Federal, como disse o Deputado Chico Leite.

Neste momento, quero chamar a atenção dos Líderes desta Casa para um comunicado desta Presidência:

A Presidência comunica ao Plenário que, na forma do art. 205 do Regimento Interno desta Casa, foram procedidas pela CEOF correções de natureza técnica na redação final do Projeto de Lei nº 938, de 2008, nos termos da nota técnica explicativa anexada às folhas 53 e 54 do referido processo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 09 2008	15h45min	77ª Sessão Ordinária	13

Assim, no comando daquele dispositivo regimental, faço a devida comunicação ao Plenário e, em não havendo impugnação, considero definitivamente aprovada a redação final do projeto, conforme nota técnica.

Para os Deputados e assessores que quiserem conhecer o conjunto das informações com relação a esse assunto, ele já está à disposição.

Portanto, trata-se de correção na votação de uma matéria que versa sobre o crédito suplementar do FAC – Fundo de Apoio à Cultura.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 178, de 03/10/2008, juntamente com a ata sucinta da 77ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

O Deputado Cabo Patrício justificou a sua ausência. S.Exa. está em uma reunião para tratar do plano de carreira da categoria. Isso demonstra, Deputado Chico Leite, que a função de um Parlamentar não é exercida somente no plenário desta Casa. Neste momento, Deputado Geraldo Naves, o Deputado Cabo Patrício está em uma missão, como parlamentar, tratando de assuntos de interesse dos servidores da Polícia Militar.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria apenas de dizer que estou plenamente de acordo com o questionamento que se faz à privatização dos estacionamentos. A terceirização – ou privatização, que seja – é uma discussão com a qual o País amadureceu. Amadureceu, eu diria, com ônus, porque, em função dessa discussão, sob a égide de que a Iniciativa privada tem a qualidade que o serviço público não tem, nós perdemos patrimônios fundamentais deste País: a Vale do Rio Doce, o Sistema Brasileiro de Telecomunicações e tantas outras empresas. Eram instrumentos estratégicos e imprescindíveis para nosso País caminhar a passos mais largos para eliminar todas as formas de desigualdade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 09 2008	15h45min	77ª Sessão Ordinária	14

Na época, eu, o Deputado Chico Leite e tantas entidades sindicais fizemos um grande movimento e conseguimos impedir a privatização dos estacionamento, sob a lógica de que o Estado não tem que se curvar. Aliás, deveria-se aprender com o dito neoliberalismo que está acontecendo hoje nos Estados Unidos, que têm estatizado bancos. O supra-sumo da liberdade de mercado reduz esta liberdade sob a lógica de que o mercado continuará perenizando a pobreza e se vergando aos interesses empresariais, para que os ricos continuem ricos e os pobres se perenizem na falsa naturalização da pobreza. Isso é o que está ameaçando o PDL do Guará.

O PDL do Guará foi discutido exaustivamente nesta Casa. Não havia nenhuma dúvida de que o projeto de política habitacional do Distrito Federal, aprovado também por esta Casa, deveria ser respeitado, bem como o próprio Estatuto da Cidade. Além disso, teria de se respeitar o atendimento de uma demanda reprimida, que é a demanda da população de baixa renda, que não será solucionada sem a interferência do Estado e de uma política pública. Por isso, Deputado Batista das Cooperativas, em nome do respeito que devemos ter a esta Casa, é inadmissível permitirmos que as quadras do Guará destinadas à habitação de baixa renda por meio de cooperativas sejam entregues de bandeja aos grandes empreiteiros desta cidade. Esta Casa não pode admitir essa lógica, porque, se a admitir, estará definitivamente olhando para o chão, estará falando de lado e de costas para a população, que ousamos representar.

Por isso, eu assinei e estou de acordo com a realização da comissão geral que acontecerá no próximo dia 25, para que possamos aqui deixar, de forma inequívoca, o posicionamento desta Câmara Legislativa de que não permitiremos a adulteração do PDL do Guará. Eu digo isso porque, quando o Partido dos Trabalhadores quis aprimorar esse PDL – como tentou em vários momentos –, moradores de baixa renda demandantes de uma habitação própria lotaram a galeria desta Casa para nos dizer que não queríamos atender o povo que precisa. Vai fazer três anos que o PDL do Guará foi aprovado, mas só vimos empreendimentos de luxo naquela região, excluindo-se a lógica de atender a uma demanda reprimida e de possibilitar um direito constitucional, que é o direito à habitação.

Além disso, Sr. Presidente, eu percebo que este Governo não faz planejamento para atender a população de baixa renda. O que está acontecendo na Cidade Estrutural com o projeto de urbanização tem que romper as piores e mais consolidadas insensibilidades sociais. As pessoas estão sendo retiradas do seu lugar de moradia. Não questionamos que elas sejam retiradas para que ali se construa o tamponamento fundamental para a preservação do meio ambiente. Foi-nos dito, desde 2006, que as pessoas iriam para chácaras em Monjolo, no Recanto das Emas, com água, luz e casa. As pessoas estão indo para tendas de lona branca que meus braços conseguem atingir e estão utilizando um banheiro químico. Dez ou quinze pessoas estão em tendas diminutas com um banheiro químico. Caminhões pipas abastecem-nas de água uma vez por semana. Crianças caminham três quilômetros



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 09 2008	15h45min	77ª Sessão Ordinária	15

na poeira para pegar ônibus e ir para a escola. Elas chegam sujas às escolas e estão sendo vítimas de *bullying*.

O Governo não se planejou. Ele tinha o plano urbanístico A, com todas as condições estabelecidas para que essas pessoas saíssem das casas onde moravam e fossem para uma habitação com água e luz, como foi prometido. Essas pessoas estão lá com a perspectiva de que vão passar, no mínimo, quatro ou cinco meses para que possam ter direito à habitação. É como se povo não existisse. Pessoas estão sendo transferidas para que se construa o anel viário e estão indo para uma quadra com habitações praticamente coletivas, habitações diminutas, onde estão dez pessoas. Lá existe a ameaça e a tentativa de abuso sexual de crianças, porque não há privacidade. As pessoas estão em risco. Os banheiros são químicos e os chuveiros são coletivos. O Governo tem o dinheiro, tem o plano urbanístico, tem tudo para construir essas casas e não o fez em tempo hábil, porque não considera que essa população merece uma vida com dignidade. É como se ele dissesse o seguinte: são pobres, permaneçam pobres, fiquem pobres e sejam eternamente tratados como se coisas fossem. Não são coisas, são pessoas e como pessoas merecem ser tratadas. Há falta de planejamento do Governo, que tem projeto urbanístico pronto e recursos para tanto, inclusive um financiamento do próprio BIRD. Estivemos no BIRD para denunciar; estivemos na Vara da Infância para denunciar; estivemos no Ministério Público para denunciar: crianças, idosos e pessoas com deficiências são tratadas como se coisas fossem por um governo que se diz o governo da esperança, do progresso ou do quer que seja. Vejo que o progresso apenas existe para os empresários enriquecerem ainda mais nesta cidade.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº _____, de ____/____/_____, juntamente com a ata sucinta da ____ Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, neste meu comunicado,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 09 2008	15h45min	77ª Sessão Ordinária	16

como parlamentar do Poder Legislativo do Distrito Federal, tratar de um tema que ainda não foi tratado na tarde de hoje aqui neste plenário. Como disse o Deputado Batista das Cooperativas, eu me dou o direito de falar sobre um assunto que geralmente não é tratado aqui nesta Casa, pois é natural que o Poder Legislativo do Distrito Federal procure tratar questões mais localizadas, em detrimento de questões de âmbito nacional ou mesmo internacional.

A Lei Orgânica do Distrito Federal completou, neste mês, quinze anos de sua promulgação. Acredito que falta a este Poder Legislativo, Deputado Geraldo Naves, divulgar à população do Distrito Federal essa importante peça, a Lei Orgânica do Distrito Federal, que regula a vida das pessoas que moram aqui neste quadrilátero, nesta unidade da federação chamada Distrito Federal. A Lei Orgânica do Distrito Federal, que está presente na vida de cada um de nós, é nosso instrumento histórico mais importante, juntamente com as obras que geraram o próprio Distrito Federal. É uma lei progressista que avança muito nos direitos sociais das pessoas que aqui moram. Essa Lei Orgânica progressista dá às pessoas que aqui moram importantes e legítimos direitos, que precisam inclusive ser referendados, aprimorados.

Provavelmente, a grande tarefa deste e do próximo Poder Legislativo será a defesa da Lei Orgânica do Distrito Federal contra ataques. Muitas vezes, são ataques construídos a partir de propósitos que não conhecemos claramente. Muitos desses ataques são oriundos de setores da sociedade vinculados à imprensa. Defendemos que a imprensa tenha sua liberdade de opinião e de expressão e que possa, inclusive, estabelecer para a sociedade um importante mecanismo de informação e formação.

O mundo, hoje, assiste a uma crise sem precedentes em sua economia; uma crise que pode afetar inclusive a nossa cidade, o nosso País, a América Latina e os demais países deste mundo. É essencialmente uma crise do capitalismo e do projeto neoliberal, trazido pelo Sr. Collor de Melo e implementado a todo o vapor pelo Sr. Fernando Henrique Cardoso, que provou por "a" mais "b" ser uma grande falácia.

Diziam que este País só iria crescer se demitisse e privatizasse, se diminuísse a importância do Estado em setores estratégicos como saúde e educação. Diziam inclusive que, se continuasse com o gasto que tinha com o serviço público, o Brasil jamais iria crescer. Eu disse, inclusive, antes de iniciar esta sessão, que tudo aquilo que alguns propagavam em canais de televisão, em folhas de jornais, em emissoras de rádio, foi por água abaixo.

O Presidente Lula, na contramão disso tudo, não privatizou, fortaleceu empresas como a Petrobrás. O servidor público voltou a ter aumento salarial. Nunca se viu tanto concurso público como estamos vendo hoje. O Brasil vem crescendo, e a previsão de crescimento é de 6%. Falo que é previsão porque não se sabe ainda exatamente a que ponto vai chegar a crise que se abate sobre os Estados Unidos, sobre o Império americano, mas sabemos que é grave.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 09 2008	15h45min	77ª Sessão Ordinária	17

Eles diziam que o Estado não poderia intervir na economia, porque, a partir daquele momento, a economia definia todas as relações de um povo, todas as relações de um país. Aliás, país não existia mais, o que existia era a globalização dos capitais, que enfraquecia os estados nacionais. Falácia, mais uma falácia! Eu queria muito que aqueles que passaram os últimos anos defendendo esse modelo neoliberal viessem agora, em público, dizer o porquê de os americanos estarem intervindo na sua economia, salvando bancos que literalmente quebraram, além de outras empresas que estão quebrando naquele país. Ora, onde está a economia de mercado? Onde está o neoliberalismo? Foi por água abaixo!

E é por isso que temos de rechaçar qualquer tentativa de privatização na saúde pública do Distrito Federal, porque esse modelo da privatização copiado do projeto neoliberal americano já se provou, lá em São Paulo, um grande fracasso. Tanto foi fracassado que a Justiça determinou que o Município de São Paulo reintegre à sua responsabilidade aqueles hospitais que tinham sido terceirizados e privatizados. A CESP – Companhia Energética de São Paulo, que recentemente ia ser privatizada, agora, no Governo do PSDB, do Governador José Serra, passou por uma reformulação e não será mais privatizada; será, inclusive, fortalecida.

Então, quero encerrar este discurso dizendo que, com essa crise toda por que passa o império americano, a escola do neoliberalismo deveria agora ser ponderada por todos nós, principalmente por aqueles jornalistas, repórteres e outros que deram opinião na defesa desse projeto, que gerou milhares de miseráveis na África, na América Latina e em outros cantos do mundo.

Espero muito que, a partir dessa lição da intervenção americana na economia do seu país, nunca mais ouçamos esse discurso neoliberal, que foi completamente fracassado. Esperamos muito que a economia possa ser equilibrada entre aquilo que é privado e aquilo que é público, sempre prevalecendo, é claro, aquilo que é público, porque é a forma mais democrática de se atender aos interesses da maioria da população.

Essa era a minha intervenção, Deputado Wilson Lima, na tarde de hoje, até porque eu não poderia deixar de falar sobre esse tema tão importante que movimentou o mundo inteiro e que terá reflexos em nossas vidas e em nossas cidades.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. foi muito feliz por essa lembrança, Sr. Deputado.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 09 2008	15h45min	77ª Sessão Ordinária	18

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero somente solicitar a V.Exa. que convoque os Deputados que se encontram em seus gabinetes ou na “sala do cafezinho”, pois há um acordo de líderes para que apreciemos, na tarde de hoje, seis vetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Faço um apelo a todos os Deputados que se encontram nas dependências desta Casa, quer seja na “sala do cafezinho”, quer seja nos seus gabinetes, para que venham ao plenário para que possamos apreciar os vetos elencados pelo Deputado Batista das Cooperativas, Líder do Governo neste momento.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meus amigos Srs. Deputados, imprensa, chego à conclusão de que existe artista para tudo neste mundo. Eu vejo artista em todos os lugares. O *Barra Pesada* sempre me proporcionou isso. Hoje vi uma verdadeira artista nesta Casa. A nossa nobre Deputada Erika Kokay é uma artista nata. S.Exa. fala com uma profundidade, principalmente quando há pessoas na galeria. Aí, sim, ela faz um teatro. Que maravilha! Que colsa bonita! Quando falam de pobreza, de governos, parece que nós que estamos aqui sentados somos todos bobos e não entendemos nada. Pelo que vejo, o melhor governo de Brasília foi o Governo do PT. Quando S.Exa. disse que as pessoas estão sendo transferidas, indo morar em tendas, fiquei pensativo e confuso. Voltel no tempo e me perguntem: Será? Lembrem-se de que, durante uma reportagem de que participei na cidade do Riacho Fundo II — corriam-me caso eu esteja errado —, o Governo do PT entregou algumas casas na QN 8 com um metro e meio de largura por dois metros de comprimento e ainda disse que era moradia nobre. Mal cabia uma família! Vejo falarem da pobreza das pessoas do Guará e me lembro de que, há dez anos, travamos uma luta para as famílias que tinham suas casas demolidas e que já viviam naquele local há 30 ou 40 anos. Ali nasceram os seus filhos e seus netos.

Outro dia, pedi um aparte para falar e fui censurado por algumas pessoas, que disseram que o que eu estava falando não estava correto. Não tenho memória curta. A censura foi extinta neste País há alguns anos, mas voltou no Governo do PT, a título de classificação. Posso falar que fui censurado diversas vezes pelo Ministério da Justiça por aquilo que falo. Hoje, em todos os programas de televisão, vemos a indicação da classificação. Por exemplo, classificação: 14 anos; classificação: 16 anos; classificação: 18 anos; filme recomendado para maiores de tantos anos. Como se eles soubessem o que estavam fazendo; como se eles soubessem e tivessem funcionários, Deputada Eurides Brito, classificados ou que entendessem aquilo que o meu filho, o seu filho, o nosso filho pode assistir ou não na televisão do Brasil; como se eles fossem capacitados para dizer o que posso ou o que não posso ver. E é assim que vem funcionando ao longo do tempo. E o pior é que a imprensa do Brasil engolliu a classificação. Na verdade, isso é censura.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 09 2008	15h45min	77ª Sessão Ordinária	19

A Deputada Erika Kokay, durante a representação do seu teatro, falou sobre a pobreza. Eu, sim, convivo com a pobreza no dia-a-dia. Não preciso fazer drama. Eu mostro. Vejo a pobreza nas portas dos hospitais das cidades satélites. Vejo a pobreza em todos os cantos. Mas não é somente em Brasília que existe pobreza. Há pobreza também no Entorno. Há cemitério clandestino em Cocalzinho, que allás já foi denunciado e mostrado.

Quando apresentei o programa *Barra Pesada*, procurei a Deputada Erika Kokay, há seis anos, para apresentar a S.Exa. o que vinha acontecendo em Planaltina de Goiás. E o que aconteceu? Nem fui ouvido. Na masmorra de Planaltina de Goiás, crianças e adolescentes encarcerados ao lado de seus pais viviam em uma cela. O pai e a mãe foram presos e a filha não tinha com quem ficar. Então, eles colocaram um fogão e uma geladeira na cela, e a filha foi morar com os pais na cadeia. Em Planaltina de Goiás, vimos crianças, adultos, homens e mulheres presos juntos. Mas a imprensa nacional se apega a um fato que aconteceu no norte ou no nordeste do País.

Há verdadeiras masmorras nas cadeias do Distrito Federal, e a culpa é de quem? É nossa. Sempre disse e continuarei dizendo que, enquanto não investirmos seriamente em educação com propostas concretas, não chegaremos a lugar algum.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Geraldo Naves, concedo a V.Exa. apenas mais um minuto.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Só porque estou na qualidade de suplente terei apenas mais um minuto? A Deputada Erika Kokay falou por nove minutos e trinta segundos, para ser exato. Posso falar mais? Nunca sei se posso ou não. Quando o Deputado é o titular do mandato, mesmo que o suplente tenha tido uma votação superior, parece-me, às vezes, que quer inibir o suplente. A mim, ninguém inibirá. O que tenho a dizer aqui, direi.

O teatro representado por alguns Deputados é impressionante. A Bancada do Partido dos Trabalhadores justificou a ausência do Deputado Cabo Patrício dizendo que S.Exa. estava em reunião com o Governador. Chequei essa informação. O Governador só chega aproximadamente à meia-noite de hoje, pois está em Florianópolis. Ficamos sem saber com quem está a verdade. Pode ser que o Deputado esteja com o Governador de Goiás?! Não sei. Mas foi justificada a sua ausência por estar reunido com o Governador Arruda. Se o Governador só chega à meia-noite, eles devem ter viajado juntos e não sabemos. Há que se dizer a verdade neste microfone, mas de forma serena. Não engoliremos tudo o que dizem aqui. O Governo do Partido dos Trabalhadores pode ser uma maravilha para quem quiser. Para mim, não é. A imprensa pode dizer que o Governo do Partido dos Trabalhadores é ótimo. O dia em que eu verificar que não há mais censura na televisão brasileira, ficarei feliz. Por enquanto, ainda há censura.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 09 2008	15h45min	77ª Sessão Ordinária	20

Deixo um abraço a todos os Deputados carinhosamente. Gosto muito e sempre vou ao teatro. Parabens a aqueles que são os verdadeiros artistas da Câmara Legislativa.

Muito obrigado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, encaminharei a todos os Deputados amanhã um relatório feito pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar — que há de ser respeitada pelo trabalho que desenvolve —, com a participação de técnicos, que trata da questão das famílias que estão sendo amontoadas de qualquer forma na Fazenda Monjolo do Recanto das Emas, porque elas têm que sair da Estrutural.

Não tenho dúvidas de que o Governo construirá as casas, mas não houve planejamento para isso. Os chacareiros da Chácara Santa Luzia estão saindo e indo para tendas. Estivemos lá e realizamos um relatório técnico, que apresentarei a todas e todos os Parlamentares a fim de que possamos ajudar na aceleração da construção. Há recursos para construir, o que deve haver é decisão política. Essa é uma discussão que vem desde 2006. Essas construções não foram realizadas, as famílias tiveram de sair para não atrasarem as obras de urbanização e foram alojadas em tendas. Assim, amanhã, trarei as fotos, os depoimentos, os relatórios, tudo o que foi visto e constatado do ponto de vista técnico.

Eu gostaria apenas que não duvidassem de que trazemos denúncias na perspectiva de resolver os problemas e não de aprofundar o caos. Não trabalhamos com a lógica do quanto pior, melhor. Quanto pior, pior mesmo, porque quem está morando daquela forma perde a condição de ser sujeito da sua vida, fica com sua própria auto-estima. População respeitada é população que sabe lutar por seus direitos e sabe, portanto, ser construtora de uma sociedade diferente.

Trarei o relatório amanhã e o encaminharei a todos. Faremos uma nova visita nesta semana. Convido a todos a nos acompanhar para que possamos dar dignidade a condições desumanas que sei que são transitórias, mas que poderiam ter sido evitadas. Aprovamos, em 2005, o projeto que tratava da transferência das famílias da Chácara Santa Luzia para a Fazenda Monjolo. O projeto foi apontado em 2006 no Governo anterior.

Sr. Presidente, sei que V.Exa., como bom cristão que é, além de falar de Cristo, deixa Cristo falar por meio de suas ações. Por isso, com certeza, V.Exa. se sensibilizará com esse sofrimento desnecessário que está vitimando essas pessoas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 09 2008	15h45min	77ª Sessão Ordinária	21

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Geraldo Naves, eu notadamente não sou artista. Pelo meu biotipo, eu seria um artista muito feio. Sei que sou esquisito, feio. Não sou artista. Também acho que esta Casa não tem que ter artista, não. Tem que ter parlamentares sérios, envolvidos, que realmente queiram abrir um debate.

Quero falar de Estrutural, quero falar de saúde e quero falar, sim, de BIRD, por que não? Quero falar também, buscando ressonância no que o Deputado Paulo Tadeu mencionou, de falácias. É falácia dizer que famílias estão em tendas. É falácia dizer que famílias estão amontoadas na Chácara Monjolo. E falo com muita propriedade, porque conheço a Chácara Monjolo. Morei durante muito tempo no Recanto das Emas, ali abaixo da 605. As famílias que foram remanejadas, e não retiradas com trator passando por cima delas – houve várias reuniões com a comunidade, com os chacareiros, e eu tive a grata satisfação de participar delas – terão as suas casas construídas.

Fico feliz porque a Deputada Erika Kokay reconhece a competência do Governo, mas é importante dizer que, há 15 longos anos, não se fazia um palmo de infra-estrutura na Estrutural. Vamos para dentro da Estrutural hoje. Vamos conversar com a comunidade. Vamos conversar com o morador, com a moradora. Ontem, fiz isso e vi a alegria daquela comunidade. É asfalto, é posto de saúde, é posto policial, é vila olímpica, são três escolas! O drama das crianças que têm que se locomover todo dia da Estrutural para o Guará, fato que esta Casa há tanto tempo discute, está acabando por meio das obras que estão sendo aportadas na Estrutural. Isso tem que ser dito. Fala-se tanto, de uma maneira pejorativa, que o Governo está terceirizando a saúde! Não cobrem incompetência do Governador Arruda, não cobrem! O Governador Arruda não é incompetente. A saúde está ruim? Está. Todos nós sabemos disso. Está difícil? Está. É um problema nacional? É. Agora, o que está se buscando por Intermédio das organizações sociais é um novo modelo de gestão, e é um modelo de gestão para o que está sendo construído, para hospitais que estão sendo feitos em Santa Maria, em Recanto das Emas e em São Sebastião!

Falou-se aqui dos recursos do BIRD, mas é importante falar sobre a saga do Governador Arruda, de todo secretariado, e a grande contribuição que esta Casa deu, cortando na própria carne, para conseguir esses recursos! Vejam as modificações que ocorreram em Itapoã!

Deputado Raad Massouh, é preciso dizer isso! Muitas vezes, o Deputado Geraldo Naves fala aqui de teatro, com um jeito muito próprio, de grande comunicador que é. É importante que, desta tribuna, os Parlamentares falem para o cidadão que está nos ouvindo agora. O Governo está trabalhando? O Governo está desenvolvendo ação? Nunca tivemos tantas obras nas ruas, nunca se desenvolveu tanta ação social! As quadras 829 e 833, em Samambala, marcam o início de uma política habitacional vitoriosa e efetiva! Famílias que foram retiradas do Parque da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 09 2008	15h45min	77ª Sessão Ordinária	22

Vaquejada, da Fercal, do Pantanal, de áreas de risco, de erradicação das invasões, estão sendo contempladas. Não com chafariz, Deputado Milton Barbosa! As famílias estão sendo alocadas em lugares com ponto de água, com ponto de luz, com construção subsidiada em 100%, por intermédio de um programa bellissimo. Tenho a grata satisfação de ser o autor do projeto do *cheque moradia*! É importante que se resgate isso.

Portanto, quero buscar a ressonância com as palavras, e permitam-se dizer de uma forma muito objetiva, do meu amigo "Barra Pesada": tem que acabar com o teatro nesta tribuna! Tem que acabar com o teatro nesta tribuna, Deputado Reguffe! É importante que se diga isso. V.Exa. não é artista, eu não sou artista e não fomos eleitos para fazer teatro!

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não sei por que fui citado pelo Deputado Batista das Cooperativas, mas eu gostaria de registrar que, daquela tribuna, sempre vou falar o que minha consciência determinar o que é correto, o que meu coração disser que é o certo, e não vou fazer nenhuma concessão com relação a isso, porque tenho total certeza da minha responsabilidade nesta Casa e tenho total consciência do compromisso que assumi com meus eleitores.

Então, sempre vou dizer, daquela tribuna, daquele microfone, o que acho que é correto e bom para o contribuinte do Distrito Federal, para a população do Distrito Federal, independentemente de como as pessoas entenderem esses gestos. Mas sempre vou defender aqui o que acho que é correto. Pelo menos, estou em paz com a minha consciência e me orgulho disso.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito uma verificação de *quorum*.

Aproveito para dizer que nada cai do céu impunemente. Preste atenção no discurso do Deputado Batista das Cooperativas, que falou com muita firmeza e fez um elogio às obras verdadeiras. Mas não podemos nos esquecer de que a Estrutural a que S.Exa. se referiu só não foi varrida do mapa porque o Governador Joaquim Roriz não deixou. Montaram até um posto policial na região para não deixar ninguém entrar nem sair do local. Há pessoas que têm história na Estrutural. Não tenho



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 09 2008	15h45min	77ª Sessão Ordinária	23

procuração para defender uma pessoa, mas cito o nome dela, mesmo com os defeitos que dizem que ele tem: chama-se José Edmar. Tudo na vida é um processo. Nascemos pelados, desdentados, sem cabelo. As cidades também são assim, resultantes de um processo. Isso significa andar para frente. Cada governo faz uma coisa e os outros governos dão continuidade. É o que ocorre. Nada cai do céu, nada deixa de ter origem. Tudo tem uma razão. Não podemos apagar nomes de governadores como Cristovam Buarque, que criou o programa Bolsa Escola, ou Elmo Serejo, que criou a Estrutural. Na época, ele recebeu a maior crítica. Ninguém iria usar a Estrutural. O metrô, que foi executado pelo Governador atual, também é alvo de críticas, de CPI e uma série de coisas. Quando formos abordar qualquer assunto, não poderemos nos esquecer de que tudo isso não caiu do céu. É um processo. São projetos que este Governador muito sabiamente continuou, além de criar outros projetos. A política econômica do Presidente Fernando Henrique Cardoso foi feita em boa hora e, inteligentemente, o Presidente Lula a manteve. Não podemos nos esquecer disso, senão estaremos sendo injustos com nós mesmos. Somos resultado de processo.

Sr. Presidente, reitero meu pedido de verificação de *quorum*.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Milton Barbosa, acato o pedido de V.Exa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X		
BENÍCIO TAVARES - PMDB		X	
BERINALDO PONTES - PP		X	
BISPO RENATO - PR	X		
BRUNELLI - DEM			
CABO PATRÍCIO - PT		X	
CHICO LEITE - PT		X	
CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X		
DOUTOR CHARLES - PTB		X	
ÉRIKA KOKAY - PT	X	X	
EURIDES BRITO - PMDB	X		
GERALDO NAVES - DEM	X		
JAQUELINE RORIZ - PSDB		X	
LEONARDO PRUDENTE - DEM			
MILTON BARBOSA - PSDB	X		
PAULO TADEU - PT			
PEDRO DO OVO - PMN	X		
RAAD MASSOUH - DEM			
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X	
REGUFFE - PDT	X		
ROBERTO LUCENA - PMDB			
ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X		
WILSON LIMA - PR	X		
ALÍRIO NETO - PPS		X	
TOTAL	24	13	

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 09 2008	15h45min	77ª Sessão Ordinária	24

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Deputado Cristiano Araújo que faça a chamada dos Deputados ausentes. Se não houver *quorum*, a sessão será encerrada. (Pausa.)

Não há *quorum* para deliberação de matérias; portanto, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h26min.)